



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE TAQUARA EM 13.06.2017

Aos 13 dias do mês de junho de 2017, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Taquara a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada dos Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001929-42.2017.5.04.0000.

A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Mauro Augusto da Silva e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária.

Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 23.08.2016

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2016 a 13.06.2017

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
José Luiz Dibe Vescovi	2ª Vara do Trabalho de Taquara

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Taquara gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
	Servidor	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Mauro Augusto da Silva	Coordenador (CJ1)	19.05.1997
2	Orion Machado Pereira	Assistente (FC02)	19.04.1994
3	Luciano Schuck	-	06.09.2004
4	Luiz Fernando Grings	-	10.09.2010



SEG	Daniel Salomon de Magalhaes	-	1º.03.2013
-----	-----------------------------	---	------------

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Cargo	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	André Westermann	24.01.2006
2	Carlos Roberto Silva Martins	20.12.2007
3	Diego Anzilago Gobatto	10.08.2012
4	Irineu Pedro Schnorr	10.02.2005
5	Moisés Bueno Lopes Neto	09.11.2016
6	Sandro Borges Fortes Viecili	13.06.2001

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 05.06.2017)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Ausências dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Daniel Salomon de Magalhaes	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	3
Luciano Schuck	-	-	-
Luiz Fernando Grings	-	-	-
Mauro Augusto da Silva	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	2
	Curso ou Evento (CURS)	1	
Orion Machado Pereira	-	-	-

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
André Westermann	-	-	-
Carlos Roberto Silva Martins	-	-	-
Diego Anzilago Gobatto	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	12
	Curso ou Evento (CURS)	2	
Irineu Pedro Schnorr	-	-	-



Moisés Bueno Lopes Neto* (entrada em 09.11.2016)	-	-	-
Sandro Borges Fortes Viecili	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.06.2017)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Sérgio Amorim dos Santos	08.04.2014	10.04.2016	2 anos e 3 dias	Lotação na Seção de Tecnologia Segurança Eletrônica
2	Samira Carolina Netto Machineski Don Lee	27.06.2013	21.05.2017	3 anos, 10 meses e 25 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Taquara
Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Andrea Farias Guedes	04.05.2015	08.11.2016	1 ano, 6 meses e 5 dias	Lotação na Central de Mandados de São Leopoldo
2	Cláudio Luís da Vinha Noronha	02.04.2007	24.05.2017	10 anos, 1 mês e 23 dias	Lotação na Central de Mandados de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 05.06.2017)

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2015/05 a 2016/04	374	R\$ 2.068,80	R\$ 0,00
Média mensal	31,17	R\$ 172,40	R\$ 0,00
2016/05 a 2017/04	469	R\$ 2.595,45	R\$ 0,00
Média mensal	39,08	R\$ 216,29	R\$ 0,00
Variação	25,40%	25,46%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 01.06.2017)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 39,08 solicitações de emissão de certidão negativa por mês no período de 2016/05 a 2017/04. Em relação ao período anterior, registrou-se aumento de 25,40% na média de certidões expedidas mensalmente.

Conforme informado pela Coordenadora, as certidões negativas são fornecidas no momento em que requeridas e em que comprovado o pagamento dos emolumentos. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o



requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, são arquivados os requerimentos, juntamente com a GRU original paga, pelo prazo de 180 dias.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	14.789 – 75,20%	4.877 – 24,80%	19.666
Processos com reclamadas	80.604 (totalmente) – 92,57%	4.039 – 4,64%	87.073
	2.430 (parcialmente) – 2,79%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017, 10h36min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 18.08.2014 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 4.399/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora, são consultadas as bases de dados da Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda do Estado do RS, Junta Comercial do Estado do RS, bem como as certidões dos oficiais de justiça no cumprimento de diligências, para embasar unificações cadastrais no sistema inFOR.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 01.06.2017, 75,20% das reclamadas do Foro de Taquara encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 92,57% dos processos que tramitam no Foro.

Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2016, cujo número de reclamadas unificadas era de 14.096, correspondendo a um percentual de 74,06%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados	5.240 – 95,81%	229 – 4,19	5.469
Processos com Endereços de Advogados	86.685 (totalmente) – 99,55%	386 – 0,44	87.073
	2 (parcialmente) – 0,01%		
	86.973 (totalmente) – 99,89%	64 – 0,07%	87.073
	36 (parcialmente) – 0,04%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR 01.06.2017, 10h37min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 95,81% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Taquara encontravam-se unificados, restando 229 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 99,55% dos



processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 99,89%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2016, houve evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 93,06% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 02.08.2016; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 373.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	888 – 100%	0	888
Processos com Órgãos	4.778 – 100%	0	4.778

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017, 10h37min)

De acordo com o sistema informatizado, todo o cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2016, verifica-se que a Unidade unificou o cadastro dos últimos 3 órgãos no período que ainda se encontravam pendentes em 02.08.2016.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES			
	2015/05 a 2016/04	2016/05 a 2017/04	Variação
Ação cautelar	1	0	-100,00%
Carta de sentença	1	18	1.700,00%
Embargos de Terceiro	12	16	33,33%
Reclamatória-Ordinário	2	4	100,00%
Reclamatória-Sumaríssimo	0	1	-
Total	16	39	143,75%
Média mensal	1,33	3,25	143,75%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

A partir da implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Taquara, em 18.08.2014, o número de cadastros de processos físicos no sistema informatizado sofreu grande redução. No período de 2016/05 a 2017/04, o número de cadastros no sistema inFOR foi de 39 processos, número superior em 143,75% ao registrado nos doze meses anteriores.

Todas as cinco reclamações de processos físicos cadastradas no sistema informatizado se justificam em decorrência da redistribuição dos processos entre as Varas do Trabalho do Foro, em face da necessidade de prosseguimento de processo que se encontrava no arquivo provisório. Os demais processos cadastrados no sistema inFOR correspondem a ações acessórias cujos processos principais já se encontravam cadastrados nesse sistema.



3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2015/05 a 2016/04	20.176	224	90,07
2016/05 a 2017/04	16.760	219	76,53
Variação	-16,93%	-2,23%	-15,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

Nos últimos 12 meses, foram protocolizadas 16.760 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 76,53 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 15,03% na média de petições e documentos protocolizados; isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Taquara.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Taquara fica em sala anexa à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro. Os processos arquivados são encaminhados em lotes pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria em relação ao tamanho do lote, número de processos, nome das partes e quantidade de volumes. Após, é registrado no sistema inFOR o andamento "RECEBIDO OS AUTOS PELO ARQUIVO", momento em que é atribuído um número de lote, o qual é identificado e encaminhado ao arquivo.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se que o arquivo está muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0016100-97.2009.5.04.0383	02.05.2017	12.05.2017	20
0126000-36.2000.5.04.0381	04.05.2017	15.05.2017	17
0030400-64.2009.5.04.0383	05.05.2017	17.05.2017	15
0000973-80.2013.5.04.0383	09.05.2017	19.05.2017	13

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 04 processos em carga com prazo de devolução vencido sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.



4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Taquara está dividida em 07 setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 03 meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados de processos físicos é feita uma vez por semana, normalmente às sextas-feiras, exceto os mandados urgentes, que são distribuídos imediatamente e comunicado ao oficial de justiça do respectivo setor mediante contato telefônico. Os mandados de plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão na respectiva data. Quanto aos processos eletrônicos, a distribuição é diária.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, a devolução dos mandados é feita nas segundas ou terças-feiras.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2015/05 a 2016/04	1.523	126,92
2016/05 a 2017/04	1.235	102,92
Varição 2014-2015	-18,91%	-18,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2015/05 a 2016/04	3.209	267,42
2016/05 a 2017/04	4.851	404,25
Varição 2014-2015	51,17%	51,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.06.2017)

No período de maio de 2016 a abril de 2017, a Central de Mandados de Taquara recebeu 6.086 mandados, sendo 1.235 de processos físicos e 4.851 de processos eletrônicos. Dessa



forma, a média mensal alcançou 507,17 mandados recebidos, 28,61% maior que a média verificada nos doze meses anteriores.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 18,91% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 51,17% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015/05 a 2016/04	2016/05 a 2017/04	Variação
Busca e Apreensão	14	14	0,00%
Citação	277	375	35,38%
Condução de Testemunha	3	1	-66,67%
Notificação	618	373	-39,64%
Penhora	384	376	-2,08%
Outros	207	147	-28,99%
Total	1.503	1.286	-14,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015/05 a 2016/04	2016/05 a 2017/04	Variação
Notificação	2.781	3.885	39,70%
Mandado	353	793	124,65%
Ofícios	75	114	52,00%
Total	3.209	4.792	49,33%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.06.2017)

Foram cumpridos 6.078 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores entre maio de 2016 e abril de 2017, dos quais 1.286 oriundos de processos físicos e 4.792 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 1.366 mandados cumpridos na comparação com os doze meses anteriores (2015/05 a 2016/04), correspondendo a uma elevação de 28,99%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, as penhoras foram as mais frequentes nos doze últimos meses (376), seguidas pelas citações (375). Já nos processos eletrônicos, as notificações foram as mais frequentes (3.885), seguidas pelas diligências de execução (793).



4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015/05 a 2016/04	2016/05 a 2017/04	Variação
Busca e Apreensão	7,86	9,79	24,55%
Citação	10,63	9,95	-6,44%
Condução de Testemunha	14,67	1,00	-93,18%
Notificação	9,49	7,74	-18,46%
Penhora	14,19	13,22	-6,81%
Outros	6,64	10,12	52,29%
Total	10,50	10,27	-2,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015/05 a 2016/04	2016/05 a 2017/04	Variação
Notificação	7,99	6,86	-14,10%
Mandado	11,29	10,09	-10,60%
Ofícios	9,31	6,97	-25,07%
Total	8,38	7,40	-11,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.06.2017)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Taquara se manteve estável no período de 2016/05 a 2017/04, na comparação com os doze meses anteriores (queda de 10,50 para 10,27 dias). Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores, levando, em média, 13,22 dias seguida pelos mandados classificados como “outros” no sistema informatizado, cuja média foi de 10,12 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas conduções de testemunhas (1 dia).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 7,40 dias no período de 2016/05 a 2017/04, lapso 11,73% mais célere na comparação com os doze meses anteriores. Dentre as diligências de processos eletrônicos, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (10,09 dias), enquanto as notificações são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (6,86 dias).



4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS				
	2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	5	35,71%	7	50,00%
Citação	107	38,63%	151	40,27%
Condução de Testemunha	2	66,67%	0	0,00%
Notificação	185	29,94%	108	28,95%
Penhora	154	40,10%	170	45,21%
Outros	37	17,87%	46	31,29%
Total Geral	490	32,60%	482	37,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	809	29,09%	877	22,57%
Mandado	160	45,33%	303	38,21%
Ofício	20	26,67%	27	23,68%
Total	989	30,82%	1.207	25,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.06.2017)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 482 mandados após o decurso do prazo legal entre maio de 2016 e abril de 2017, valor correspondente a 37,48% de todos os mandados cumpridos – tendo havido aumento em relação aos doze meses anteriores, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 32,60% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal nos últimos 12 meses (45,21%), seguida pela citação (40,27%). Não foi levado em conta o percentual de atraso das buscas e apreensões, em face do pequeno número de diligências.

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1.207 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores, o que equivale a 25,19% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, os mandados de execução apresentam maior índice de devolução com atraso (38,21%).



Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Taquara:

Mandados com maior tempo para cumprimento (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001177-27.2013.5.04.0383	Penhora	06.05.2016	21.07.2016	76
0117400-23.2000.5.04.0382	Notificação	04.03.2016	13.05.2016	70
0001206-74.2013.5.04.0384	Penhora	02.09.2016	08.11.2016	67
0000573-29.2014.5.04.0384	Penhora	21.11.2016	23.01.2017	63
0000074-19.2012.5.04.0383	Penhora	03.06.2016	04.08.2016	62
0000766-84.2013.5.04.0382	Penhora	17.02.2017	20.04.2017	62
0102600-11.2005.5.04.0383	Penhora	27.05.2016	25.07.2016	59
0000869-51.2014.5.04.0384	Notificação	18.03.2016	13.05.2016	56
0008000-48.1998.5.04.0381	Outros	10.02.2017	06.04.2017	55
0000307-76.2013.5.04.0384	Penhora	27.01.2017	23.03.2017	55
0007800-88.2005.5.04.0383	Notificação	27.01.2017	23.03.2017	55
0000605-40.2014.5.04.0382	Citação	16.12.2016	06.02.2017	52
0000499-75.2014.5.04.0383	Penhora	18.03.2016	09.05.2016	52

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0021047-90.2015.5.04.0382	Mandado	25.10.2016	13.01.2017	80
0020265-77.2015.5.04.0384	Mandado	13.12.2016	16.02.2017	65
0020265-77.2015.5.04.0384	Mandado	13.12.2016	16.02.2017	65
0020265-77.2015.5.04.0384	Mandado	13.12.2016	16.02.2017	65
0020082-52.2014.5.04.0381	Mandado	29.11.2016	1º.02.2017	64
0021126-38.2016.5.04.0381	Mandado	03.12.2016	1º.02.2017	60
0020143-64.2015.5.04.0384	Mandado	26.01.2017	22.03.2017	55
0020987-86.2016.5.04.0381	Mandado	14.11.2016	07.01.2017	54
0020158-33.2015.5.04.0384	Notificação	18.08.2016	09.10.2016	52
0021327-21.2016.5.04.0384	Mandado	02.02.2017	26.03.2017	52



0020915-93.2016.5.04.0383	Notificação	20.07.2016	09.09.2016	51
---------------------------	-------------	------------	------------	----

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.06.2017)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 01.06.2017, foi constatada a existência de 03 mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado:

Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS FÍSICOS					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0000662-58.2014.5.04.0382	11.04.2017	Penhora	Sandro	51
2	0045400-13.2009.5.04.0381	19.05.2017	Outros	Irineu	13
3	0000678-40.2013.5.04.0384	19.05.2017	Penhora	Sandro	13

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.06.2017)

Por sua vez, o sistema PJe-JT apresentava 01 mandado sem registro de cumprimento no prazo:

Mandados em aberto no sistema - PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020944-43.2016.5.04.0384	08.05.2017	Notificação	Moises Bueno Lopes Neto	24

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.06.2017)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Taquara:

André Westermann				
INFOR				
	2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	05	05
Citação	59	62	51	48
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	131	129	63	64
Penhora	74	76	41	39
Outros	27	27	33	35



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	292	295	193	191
PJe-JT				
2015/05 a 2016/04				
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	464	460	439	421
Mandado	61	62	111	109
Ofício	04	04	17	17
Total	529	526	567	547

Carlos Roberto Silva Martins				
INFOR				
2015/05 a 2016/04				
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	03	03	03
Citação	42	42	78	80
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	92	98	63	64
Penhora	56	59	47	48
Outros	33	34	15	14
Total	225	236	206	209
PJe-JT				
2015/05 a 2016/04				
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	400	404	593	597
Mandado	37	38	121	121
Ofício	20	20	12	11
Total	457	462	726	729



Cláudio Luís da Vinha Noronha				
INFOR				
2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	03	02	02
Citação	29	30	73	68
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	148	144	45	53
Penhora	35	38	72	73
Outros	12	14	15	13
Total	226	229	207	209
PJe-JT				
2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	511	513	526	512
Mandado	48	47	133	116
Ofício	10	10	17	17
Total	569	570	676	645
Diego Anzilago Gobatto				
INFOR				
2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	01	01
Citação	48	49	56	56
Condução de Testemunha	00	00	01	01
Notificação	54	54	56	56
Penhora	53	54	87	87
Outros	69	70	18	18
Total	226	229	219	219



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PJe-JT					
		2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	
Notificação	303	335	881	880	
Mandado	43	47	131	127	
Ofício	12	12	10	10	
Total	358	394	1.022	1.017	

Irineu Pedro Schnorr					
INFOR					
		2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	
Busca e Apreensão	02	02	00	00	
Citação	32	32	24	23	
Condução de Testemunha	00	00	00	00	
Notificação	71	72	29	27	
Penhora	62	62	32	32	
Outros	21	22	06	06	
Total	188	190	91	88	
PJe-JT					
		2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	
Notificação	509	508	338	338	
Mandado	47	47	89	87	
Ofício	09	09	16	16	
Total	565	564	443	441	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Moisés Bueno Lopes Neto				
INFOR				
	2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	00	00	28	27
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	00	00	12	12
Penhora	00	00	17	17
Outros	00	00	05	05
Total	00	00	62	61
PJe-JT				
	2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	251	241
Mandado	00	00	52	50
Ofício	00	00	07	07
Total	00	00	310	298
Sandro Borges Fortes Viecili				
INFOR				
	2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	02	02
Citação	46	46	35	35
Condução de Testemunha	03	03	00	00
Notificação	77	74	48	54
Penhora	77	73	50	55
Outros	25	25	14	14
Total	229	222	149	160



PJe-JT				
2015/05 a 2016/04		2016/05 a 2017/04		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	258	250	414	422
Mandado	67	66	89	84
Ofício	09	08	13	14
Total	334	324	516	520

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e a Central de Mandados funcionam de forma integrada no mesmo espaço físico. A unidade está bem organizada, com servidores motivados e empenhados na efetiva prestação jurisdicional. As instalações físicas estão adequadas e atendem as necessidades da unidade. O arquivo é muito bem organizado.

Destaca-se o trabalho de unificação das reclamadas, advogados e órgãos, realizado pela Unidade.

Elogiável o excelente tempo médio de cumprimento dos mandados alcançado pelos oficiais de justiça da Central de Mandados de Taquara.

O Coordenador da CCDF informou que realizam, além das atribuições inerentes à Coordenadoria, as seguintes atividades: triagem das iniciais do PJe, digitalização e juntada dos ofícios recebidos do INSS, Cartório de Registro de Imóveis, Detran, Justiça Comum, e, ainda, digitalização dos processos de exceção de incompetência, fazendo a autuação e a distribuição no sistema.

Constatou-se o bom atendimento prestado às partes e aos advogados pelos servidores da Unidade, sendo as atividades realizadas com cuidado e dedicação. Além disso, cabe ressaltar a postura proativa dos servidores na condução das atividades, aspecto que melhora a prestação jurisdicional.

Ao final da inspeção, a Corregedora parabenizou os servidores da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados, reconhecendo o comprometimento de todos com o andamento do trabalho.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPR.

ITEM 4.3.5 (Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR, especialmente em relação aos mandados de penhora.



7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os demais servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Taquara no dia 13.06.2017, das 15h às 15h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro, no entanto, não houve interessados.

8 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

9 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada Coordenador Mauro Augusto da Silva e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy De Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional